

**COLEGIADO TERRITORIAL DO SUDOESTE BAIANO – CTSB  
NÚCLEO DE EXTENSAO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – NEDET  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB  
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
SUSTENTAVEL E SOLIDARIO – PTDRSS DO  
TERRITÓRIO SUDOESTE BAIANO**

**VITORIA DA CONQUISTA – BA  
Setembro de 2016**

#### FICHA CATALOGRÁFICA

Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário do Território Sudoeste Baiano/ – Vitória da Conquista - BA, 2016. P. 55

PTDRSS – Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.

1. Desenvolvimento Territorial. 2. Desenvolvimento rural. 3. Território Sudoeste Baiano 4. Agricultura e Estado. 5. Gestão social.

### **Núcleo Diretivo do Colegiado Territorial do Sudoeste Baiano**

Regina Dantas de Carvalho  
Antônio Neto Gomes da Silva  
Everaldo Rocha Mendonça  
Gilfredo Silva Santos  
Lídia Ferreira Rodrigues.  
Marittza Danielle Silva Ribeiro  
Maurilio G. de Sousa  
Nildma Ribeiro Lima  
Vanessa Amorim de Oliveira

### **Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – NEDET/ UESB**

Valdemiro Conceição Junior  
Fernanda Viana de Alcantara  
Flávia Vitória de Jesus Silva  
Vanessa Costa dos Santos  
Jamilly da Silva Fernandes  
Dioneire Amparo dos Anjos

### **Colaboradores do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – NEDET/ UESB**

Allisianne Krystina Saraiva de Figueiredo  
Beatriz Souza Coelho  
Bruna Moraes Lapa  
Cristiane Libarino Oliveira  
Daniela Seles de Andrade  
Giovana Pires Fróis  
João Paulo Prado Lima  
Lucas Aguiar Tomaz Ferreira  
Mateus Pires Barbosa Mateus  
Mateus Costa Santos

### **Instituições Apoiadoras**

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq  
Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia - CET  
Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – NEDET/ UESB  
Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR  
Secretaria de Planejamento da Bahia - SEPLAN  
Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

## LISTAS DE SIGLAS

ADT	Agente de Desenvolvimento Territorial
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEDASB	Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia
CET	Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
COOPERSUBA	Cooperativa de Trabalho da Região Sudoeste da Bahia
COOPERBAC	Cooperativa de Pequenos Agricultores de Café de Barra do Choça
COOTRAF	Cooperativa de Assessoria Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar
DIREs	Diretoria Regional de Saúde
EFAs	Escolas Famílias Agrícolas
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
UNICAFES	União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia
UNISOL/Bahia	Central de Cooperativas e Empreendimento Solidário da Bahia
NRE	Núcleo Regional de Educação
NUMOSO	Núcleo de Mobilização Social da Secretaria Municipal de Saúde
NEDET	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PROINF	Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PPAP	Plano Plurianual Participativo
PTDRSS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
REDE GAVIÃO	Rede de Cooperativas do Vale do Rio Gavião

SESAB	Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
BAHIATER	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEC	Secretaria da Educação da Bahia
SEPLAN	Secretaria do Planejamento
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres
SUAF	Superintendência de Agricultura Familiar
SETAF	Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Composição do Colegiado Territorial Sudoeste Baiano no ano de 2015: (Instituições do Poder Público e da Sociedade Civil).....	14
<b>Quadro 2</b>	Desafios e Potencialidades na Dimensão Socioeconômica .....	19
<b>Quadro 3</b>	Desafios e Potencialidades na Dimensão Ambiental.....	21
<b>Quadro 4</b>	Desafios e Potencialidades na Dimensão Sociocultural Educacional.....	23
<b>Quadro 5</b>	Desafios e Potencialidades na Dimensão Político-Institucional .....	25

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO I - O TERRITÓRIO .....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 Histórico do Território .....</b>	<b>12</b>
<b>1.2 Caracterização Geral do Território .....</b>	<b>16</b>
<b>1.3 Dimensões Do Desenvolvimento – Limites e Potencialidades .....</b>	<b>18</b>
1.3.1 Limites e Potencialidades na Dimensão Socioeconômica .....	18
1.3.2 Limites e Potencialidades na Dimensão Ambiental .....	21
1.3.3 Limites e Potencialidades na Dimensão Sociocultural Educacional .....	23
1.3.4 Limites e Potencialidades na Dimensão Político-Institucional .....	25
<b>CAPÍTULO II - MATRIZ DE AÇÕES .....</b>	<b>29</b>
<b>2.1 Breve descrição sobre os Eixos de Desenvolvimento .....</b>	<b>29</b>
<b>2.2 Matrizes de Ações .....</b>	<b>31</b>
2.2.1 Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Sócioprodutiva .....	31
2.2.2 Estrutura Fundiária e Acesso a Terra .....	35
2.2.3 Formação Cidadã e Organização Social .....	36
2.2.4 Infraestrutura e Serviços Públicos .....	40
<b>CAPÍTULO III - GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>44</b>
<b>3.1 Instrumentos Estratégicos para Gestão do Desenvolvimento .....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>48</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>50</b>

## APRESENTAÇÃO

O presente Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS do Território Sudoeste Baiano considera a importância do Território e suas diferentes dimensões: econômica, ambiental e social, com o propósito de atender a emergente discussão do desenvolvimento territorial das políticas públicas, priorizando os aspectos que dizem respeito à inclusão socioprodutiva, estrutura fundiária, acesso a terra, formação cidadã, organização social, infraestrutura e serviços públicos.

Neste plano, o território é compreendido a partir das relações construídas nele, numa perspectiva de análise que tem como foco a abordagem territorial sob o prisma do desenvolvimento rural no Brasil, que ganha maior força a partir da década de 1990, especialmente no Nordeste.

Em sua construção são adotadas as discussões, e concepções de desenvolvimento, que superam o debate com centralidade restrita aos aspectos econômicos e políticos. A proposta é abordar o desenvolvimento a partir de uma visão multidimensional capaz de integrar a preocupação com os aspectos sociais, econômicos e ambientais presentes no Território Sudoeste Baiano.

Frente ao desafio de dialogar dentro da dimensão e diversidade que caracterizam o Sudoeste Baiano, a proposta apresentada é o resultado do empreendimento coletivo desenvolvido num grupo bastante diverso, composto por representantes da sociedade civil e do poder público dos vinte e quatro municípios (24), sendo eles: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajerú, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista, que compõem o território, conforme se observa no mapa do apêndice. A participação foi o pilar fundamental que norteou a construção e (re) construção do trabalho apresentado.

Para isso, foi relevante o papel do Colegiado Territorial Sudoeste Baiano (a Lei Nº 13.214 de 29 de dezembro de 2014 oficializou os colegiados territoriais), por ser concebido como espaço de articulação, discussão das necessidades locais e aproximação entre os poderes multiescalares. Constituído, inicialmente em dezembro de 2005, é composto por 40 instituições e 24 municípios, desde então o colegiado realizou diversas atividades no território com o intuito de compreender e efetivar a política de desenvolvimento territorial, como também formular possíveis projetos a serem implementados no território.



Ocorreu um processo de reformulação do colegiado em fevereiro de 2013, e o número de representações foi ampliado de 40 instituições para 100 instituições, sendo 50 do Poder Público e 50 da Sociedade Civil. Na ocasião, os atores do colegiado compreendiam que anteriormente o foco das discussões estava centrado no âmbito rural e com a ampliação das instituições haveria maior representatividade dos espaços rural e urbano, facilitando a discussão numa escala territorial.

Atualmente, o Colegiado do Território Sudoeste Baiano é composto por: Plenária; Núcleo Diretivo e Instituição Coordenadora. Conta com o auxílio das câmaras temáticas<sup>1</sup>, já consolidadas: cultura, inclusão produtiva, mulheres e juventude. Observa-se que muitos trabalhos e conquistas existentes no território foram intermediados pelo Colegiado Territorial.

No processo de construção do plano identificam-se algumas fases determinantes, assim discriminadas: Na primeira etapa, a equipe do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET e o Núcleo Diretivo do Colegiado Territorial do Sudoeste Baiano realizaram visitas aos diferentes municípios com o objetivo de melhor conhecer identidades e realidades presentes no território. Os resultados desta ação foram registrados em gravações, anotações, relatórios e registros fotográficos.

Na segunda etapa, foram criados espaços de discussões nos municípios/polos do Território (Poções, Condeúba), associados aos espaços de diálogos realizados nas plenárias do colegiado. No município/sede de Vitória da Conquista foi tratada de forma efetiva a pauta da construção do PTDRSS por todas as representações. As discussões foram ricas e intensas, os representantes dos diversos segmentos do poder público e da sociedade civil apresentaram aspectos e informações relevantes, dentre os quais merecem destaque as demandas, potencialidades e limitações de cada município. Foi realizado um criterioso levantamento de documentos, estudos e pesquisas a respeito do território, dentre os quais se destacam: o Estudo das Potencialidades Econômicas, o Plano Plurianual Participativo, estudos monográficos, dissertações e diagnósticos municipais. Levantamentos, considerações e resultados foram trabalhados numa perspectiva de coletividade, respeitando as diferenças e anseios, observando as relações endógenas e as relações local-global e global-local.

A realização das oficinas para a construção do PTDRSS marcou a terceira e última fase da elaboração e aprovação da presente versão do documento, com plenárias bem participadas no espaço físico da UESB, conforme se verifica por meio de registros

---

<sup>1</sup>São definidas a partir de temas relevantes, a contribuir com o desenvolvimento territorial, e tem a atribuição de discutir e elaborar propostas e critérios para auxiliar o Colegiado em debates de temas específicos ou abrangentes do processo de desenvolvimento. Geralmente possuem caráter permanente (Exemplos: saúde, educação, turismo, agricultura, juventude, gênero, demarcação de terras indígenas e quilombolas, ATER mulheres, regularização fundiária e etc.).

fotográficos, no apêndice. A metodologia empregada consistiu em exposição participada, debate, consulta e análise de documentos, grupos de discussões, reuniões das câmaras temáticas e apresentação dos resultados e demandas das mesmas na plenária, seguida da análise e avaliação de todos. Houve um significativo processo de acompanhamento e participação das diferentes representações do colegiado, do núcleo diretivo, da equipe do NEDET, colaboradores da UESB e o apoio das Secretarias do Planejamento e de Desenvolvimento Rural da Bahia. Ao final de cada oficina todos os membros do colegiado receberam os documentos via *e-mail* ou impressos com espaço indicado para realizar alterações e/ou sugestões que posteriormente eram analisadas pela plenária. A proposta deteve-se na construção participativa, e em pensar o território em suas diferentes dimensões orientou a construção do presente PTDRSS, conforme previsto na essência da política territorial.

O presente documento se encontra organizado em três capítulos: O primeiro apresenta um panorama geral do Território, aborda aspectos históricos, caracterizações relevantes, define os traços físicos, culturais, econômicos e sociais. Também mostra as dimensões do desenvolvimento em que os limites e potencialidades do território são identificados.

O segundo capítulo compreende aspectos relacionados aos eixos de desenvolvimento (Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva; Estrutura Fundiária e Acesso a Terra; Formação Cidadã e Organização Social; Infraestrutura e Serviços Públicos). Neste Capítulo encontra-se a parte central do Plano Territorial, pois trata dos elementos de planejamento pensados de baixo para cima por meio da participação social.

O referido capítulo apresenta uma matriz que vincula eixos do desenvolvimento territorial sustentável aos respectivos objetivos, estratégias e metas. A partir dessa matriz serão construídos Planos de Ações Territoriais (PTA) para melhor detalhamento dos aspectos operacionais.

Por fim, no capítulo três consta descrição dos caminhos e parcerias, e ainda dos instrumentos e estratégias para a gestão do desenvolvimento no Território Sudoeste Baiano.

O PTDRSS do Sudoeste Baiano trata o planejamento em caráter macro, com propostas previstas para os próximos oito (08) anos, pensadas para os municípios do território, ações que contemplam os diversos eixos do desenvolvimento e envolvem as diferentes esferas do poder público e da sociedade civil. Foi também elaborado um quadro compatibilizando os objetivos da matriz com os temas estratégico do PPA, o mesmo encontra-se no apêndice do presente documento.

Vencidas as fases apresentadas, concluiu-se a elaboração deste documento com o propósito de promover a mobilização para cumprir com eficiência, ética e transparência os compromissos contidos no Plano. No propósito de melhor delinear os caminhos para alcançar as metas apresentadas, o Colegiado em parceria com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET, já iniciou as discussões sobre a construção dos planos de ações territoriais com o objetivo de estabelecer um vínculo objetivo entre o planejamento estratégico e o planejamento operacional.

# Capítulo I

## **CAPITULO 1 - O TERRITÓRIO**

### **1.1 Histórico do Território**

Diferentes realidades podem ser observadas no Território de Identidade Sudoeste Baiano, e estão representadas no Colegiado, um espaço de discussão e socialização de conhecimentos, que pela sua pluralidade pode viabilizar e contribuir no planejamento do Estado.

O Território de Identidade Sudoeste Baiano foi constituído em dezembro de 2005. A reunião de instalação do colegiado contou com a presença de representantes dos 24 municípios que compõem o Território Sudoeste Baiano, entre esses também estavam presentes representantes de Iguai, Nova Canaã e Ibicuí, que tinham interesse de integrar o Território em questão.

Na mesma reunião em 2005 o Colegiado foi composto por 40 instituições pertencentes aos 24 municípios, permanecendo os mesmos até os dias atuais (ano base 2016). Desde então houveram diversas reuniões no intuito de compreender a política de desenvolvimento territorial e formular possíveis projetos a serem implementados no território.

Entre 2006 e 2007 ocorreram eventos territoriais para construção de atividades como: o Plano Safra, projetos para as cadeias produtivas do café, do leite, caprino e ovinocultura e da mandioca, assim como também o estudo das potencialidades econômicas e seminários temáticos em 18 municípios para levantamento detalhado de informações sobre os mesmos.

Em 2008 foi realizado evento no território para discutir o planejamento e ações a serem desenvolvidas, assim como, esclarecimentos quanto aos programas Água para Todos, Luz para Todos e do Biodiesel. Houve também a Conferência dos Direitos Humanos; Reunião para discussão do MOBILIZA SUS<sup>2</sup> nos municípios; Oficina de qualificação de Articuladores de Educação Permanente para o Controle Social.

A cerimônia de inauguração da Sede da Diretoria Executiva e conselheiros do Conselho das Associações Quilombolas do Território Sudoeste Baiano no ano de 2009 foi algo importante para o fortalecimento das comunidades dos quilombos, assim como também para todo o território. Neste ano, ocorreu também a Conferência Territorial de Educação, com a articulação dos representantes do Colegiado ligados a área da educação.

---

<sup>2</sup> Mobiliza SUS - Política que reúne um conjunto de estratégias desenvolvidas de forma Inter setorial entre Saúde, Educação e Ministério Público com o compromisso de estabelecer uma gestão estratégica, participativa e efetiva do SUS da Bahia, através do fortalecimento da participação e controle social.

A realização da Oficina Estadual para construção dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável, no ano de 2009, foi essencial para estimular as lideranças nos municípios. Neste mesmo ano aconteceu o Curso de Formação em Políticas Públicas para Organizações Produtivas de Mulheres Rurais, no intuito de estimular, encorajar e empoderar as mulheres do campo.

Outro momento importante na consolidação do território foi a aprovação no ano de 2010, da aquisição de dois caminhões, pela Ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), para fazer o transporte dos produtos da agricultura familiar.

No ano de 2011 houve a constituição do PPA-P participativo 2012-2015, contendo as prioridades do território segundo indicação dos representantes que compõem o Colegiado. A Jornada Territorial de Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)<sup>3</sup> ocorreu em Vitória da Conquista, nesse mesmo ano, com o objetivo de conhecer e discutir projetos dentre outras ações. Também no ano de 2011 o território obteve recursos do Estado para ajudar no custeio das ações do Colegiado, o que possibilitou maior articulação e mobilização dos atores sociais no território.

O governo federal disponibilizou para o Território Sudoeste Baiano via Superintendência de Agricultura Familiar (SUAF), no ano de 2012, verbas com objetivo de apoiar a Infraestrutura e Serviços no Território em questão. Ainda em 2012, os atores sociais que compõem o Colegiado foram a campo no intuito de viabilizar políticas para amenizar a seca, em maio do mesmo ano o governo disponibilizou o terceiro lote de “vales cesta básica” para vítimas da seca.

Somente em fevereiro de 2013 ocorreu um processo de reformulação no colegiado, conforme se observa no quadro 1, pois, os atores do colegiado compreendiam que anteriormente o foco estava muito centrado no rural e com a ampliação das instituições haveria uma maior representatividade dos espaços rural e urbano.

Em 2014 foi aprovada a aquisição de dois carros populares, sendo a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) entidade proponente, esses dois veículos têm por objetivo contribuir no transporte de insumos e produtos da agricultura familiar, e fortalecer a articulação das políticas públicas no território.

---

<sup>3</sup>O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

Com o apoio do Colegiado foram aprovados no território com a participação dos representantes dos diferentes municípios, também no ano de 2014 projetos que tinham o propósito de promover melhorias nas condições de vida do homem do campo, dentre os quais merecem destaque: O Vida Melhor; atividades voltadas para o melhoramento dos caprinos e ovinos; bem como aqueles voltados para a apicultura e fruticulturas. Foi fortalecido no território o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), programas de maior abrangência no território.

Em 2015 o CODETER do Território de Identidade do Sudoeste Baiano estava organizado da seguinte maneira:

**Quadro 01:** Composição do Colegiado Territorial Sudoeste Baiano no ano de 2015: (Instituições do Poder Público e da Sociedade Civil).

<b>Instituições da sociedade civil</b>	<b>Instituições do Poder Público</b>
Associação de Caprinos e Ovinos do Sudoeste da Bahia (ACOS)	Banco do Brasil (BB)
Associação das Indústrias de Vitória da Conquista – (AINVIC)	Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
Associação dos Produtores Rurais da Região da Salinas – Poções	Caixa Econômica Federal
Associação Comunitária de Inclusão Social de Garimpeiros Lapidários e Artesão Minerais de Vitória da Conquista (ACISGLAN)	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA)	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Central de Associações do município de Caetanos	Universidade Federal da Bahia
Central de Associações do município de Condeúba	O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)
Central de Associações do município de Cordeiros	Polícia Rodoviária Federal
Central de Associações do município de Jacaraci	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
Centro Comunitário São Pedro do município de Aracatu	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB)
Conselho das Associações Quilombolas do Território de Vitória da Conquista	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – (CAR)
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	Companhia de Engenharia Ambiental e de Recursos Hídricos da Bahia (CERB)
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)	Defensoria Pública
Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD)	Delegacias e Distritos Policiais (DIRPIN)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município Caraíbas	Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA)
Pólo Sindical do Sudoeste	Diretoria Regional de Educação (DIREC) 20
Sindicato dos Engenheiros no Estado da Bahia (SENGE)	Diretoria Regional de Saúde – 20ª (DIRES)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município Mortugaba	Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município Mirante	Empresa Baiana de Alimentos (EBAL)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Licínio de Almeida	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Maetinga	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Planalto	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Vitória da Conquista	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Guajerú	Centro Territorial de Educação Profissional de Vitória da Conquista (CETEP)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Bom Jesus da Serra	Associação dos Municípios das Regiões do Rio do Antônio e Gavião (AMVAGRA)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Barra do Choça	Associação dos Municípios do Sudoeste da Bahia (AMIRS)
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Piripá	Prefeitura Municipal de Anagé

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Encruzilhada	Prefeitura Municipal de Aracatu
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Belo Campo	Prefeitura Municipal de Barra do Choça
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Cândido Sales	Prefeitura Municipal de Belo Campo
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Tremedal	Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município Caraibas	Prefeitura Municipal de Caetanós
União Brasileira de Mulheres (UBM)	Prefeitura Municipal de Cândido Sales
União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES)	Prefeitura Municipal de Caraibas
Cooperativa de Assessoria Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar (COOTRAF)	Prefeitura Municipal de Condeúba
Cooperativa Mista Agropecuária de Pequenos Agricultores do Interior da Bahia (COOPASUB)	Prefeitura Municipal de Cordeiros
Cooperativa de Trabalho da Região Sudoeste da Bahia (COOPERSUBA)	Prefeitura Municipal de Encruzilhada
Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB)	Prefeitura Municipal de Guajerú
Centro de Formação Aníbas de Freitas do município de Jânio Quadros	Prefeitura Municipal de Jacarací
Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Município de Anagé	Prefeitura Municipal de Licínio de Almeida
Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR)	Prefeitura Municipal de Maetinga
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG)	Prefeitura Municipal de Mirante
Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Bahia (FETRAF)	Prefeitura Municipal de Mortugaba
Fundação Conquistense de Edvanda Maria Teixeira	Prefeitura Municipal de Piripá
Grupo de Economia Popular (GEP)	Prefeitura Municipal de Planalto
Instituto Mata de Cipó	Prefeitura Municipal de Poções
Instituto Oficina da Cidadania	Prefeitura Municipal de Presidente Jânio Quadros
Rede Gavião	Prefeitura Municipal de Ribeirão do Largo
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	Prefeitura Municipal de Tremedal
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – (SENAC)	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

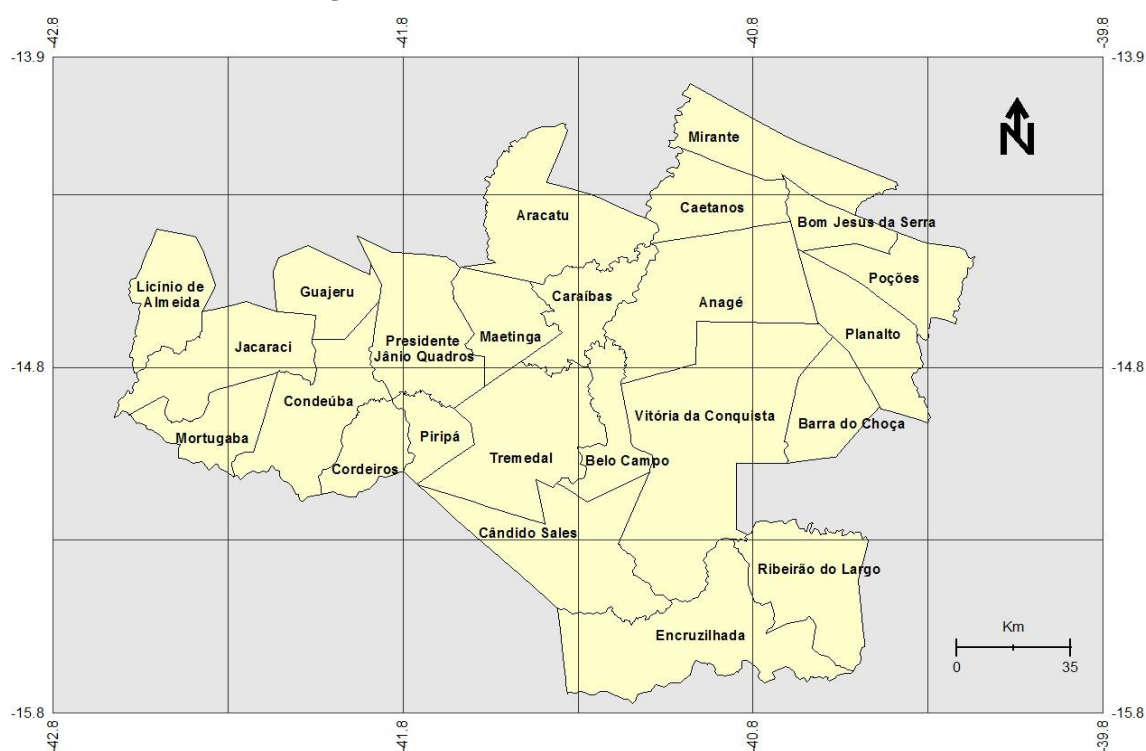
**Dados:** Trabalho de campo no ano de 2015.



## 1.2 Caracterização Geral do Território

O Território de Identidade Sudoeste Baiano, anteriormente denominado Território de Identidade Vitória da Conquista<sup>4</sup>, está localizado na região Nordeste do Brasil, no estado da Bahia. Encontra-se no Centro Sul do estado, e como pode ser observado no mapa a seguir é composto por 24 municípios: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajerú, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista.

**Figura 01:** Território de Identidade Sudoeste Baiano, 2015



**Elaboração:** SANTOS, Vanessa e ALVES, Vagner – 2015

Segundo Ferraz et al. (2015), o território apresenta área de 26.809,99 km<sup>2</sup>, distribuída de forma bem diferenciada entre os municípios que o compõe. Segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, a população total é constituída por 695.302 habitantes, a quarta maior

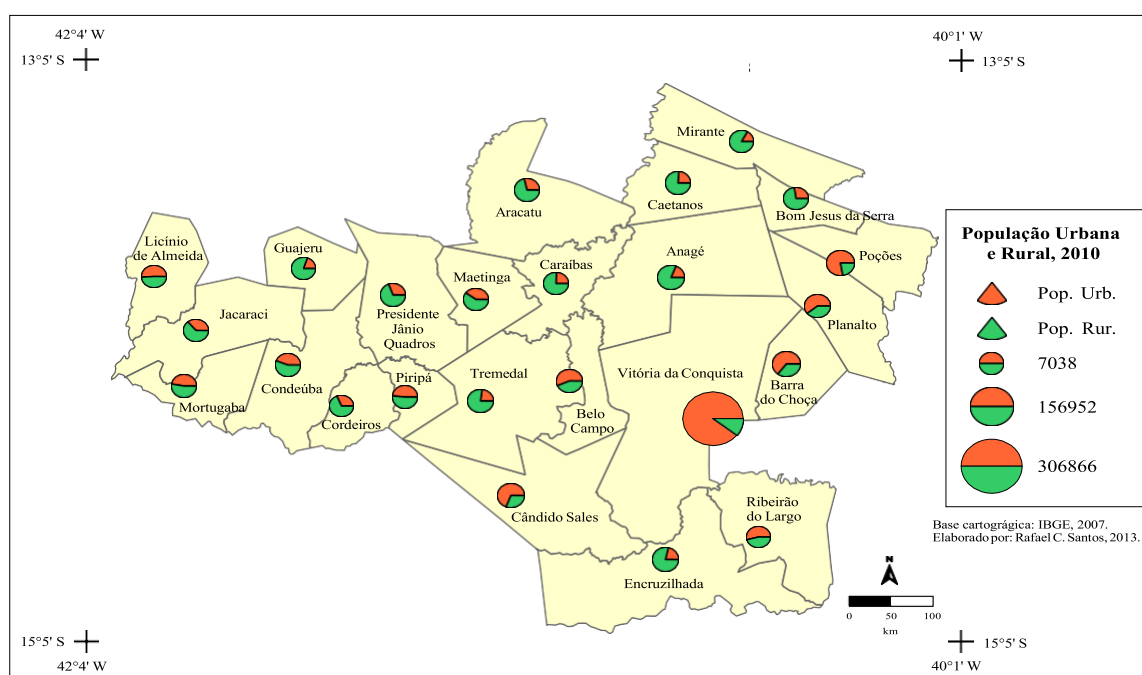
<sup>4</sup>A mudança ocorreu por que os atores sociais que compõem o Colegiado Territorial entenderam que a modificação do nome seria algo positivo, pois segundo os mesmos, o primeiro nome estava muito ligado ao município Vitória da Conquista. E o nome Território de Identidade Sudoeste Baiano, apresenta como referência e/ou identidade de todos os municípios. A documentação solicitando a alteração do nome foi encaminhada em fevereiro de 2013. Porém só foi aprovado no ano de 2015 pelo CEDETER, porque a alteração dependia do novo PPA do Estado.

população entre os territórios baianos, sendo que 35% são rurais e 65% são urbanas. A densidade demográfica é de, aproximadamente, 25,9 hab/km<sup>2</sup>.

O maior número de pessoas do território vive em áreas urbanas, esse aspecto deve-se a influência exercida pelo Município de Vitória da Conquista, que apresenta um total de 274.739 habitantes vivendo na zona urbana, e 32.127 habitantes vivendo nas áreas rurais. Mas essa realidade não é comum em todo o território (Figura 02). Este aspecto contribuiu para incentivar uma reflexão a respeito das políticas públicas direcionadas ao espaço rural, haja vista, que não se deve levar em consideração apenas os números referentes ao território como um todo, mas principalmente as especificidades de cada município.

Outro elemento importante, diz respeito ao que se observa entre os anos de 2000 e 2010, em que dezenove municípios apresentaram crescimento populacional negativo, justificando-se, entre outros motivos, pelo baixo dinamismo econômico que dificulta a permanência da população, acarretando em migrações para outras áreas com a expectativa de alcançarem melhores condições de vida.

**Figura 02:** Mapa da População Urbana e Rural do Território Sudoeste Baiano, 2010.



**Fonte:** IBGE/SEI.

Verifica-se que Vitória da Conquista se destaca no conjunto do território, abarcando 44% da população, ou seja, 306.866 habitantes, em 2010, enquanto todos os outros municípios do território de identidade possuem menos que 50 mil habitantes. Entre outros fatores, isso ocorre devido ao próprio processo histórico de formação territorial da região, e

ainda porque o município exerce papel de polarização na região circunvizinha e no norte/nordeste de Minas Gerais, no que se refere à saúde, educação, comércio etc.

O território Sudoeste Baiano é constituído por uma sociedade multicultural, ambiental e socioeconômico, no qual devido a sua grande extensão territorial, há necessidade de um aparato governamental na construção de estratégias multiescalares de desenvolvimento, que promovam uma horizontalização nos serviços públicos e desenvolvimento territorial.

### **1.3 Dimensões do Desenvolvimento – Limites e Potencialidades**

O debate acerca da abordagem territorial, com foco no planejamento territorial tem sugerido a retomada de outro debate, que diz respeito ao desenvolvimento.

E neste sentido, vale destacar a compreensão do desenvolvimento como trajetória; pois ajuda a visualizar que este tem a difícil tarefa de apresentar soluções para o hiato social sem perder de vista os elementos de caráter econômico e mais recentemente da preocupação com os caminhos, limitações e relações dos diferentes grupos sociais com a polêmica questão do desenvolvimento sustentável. Isso abre uma lacuna para a proposição de experiências no sentido de valorizar as diversidades econômicas, sociais e políticas existentes; o que passa a ser definido como multidimensionalidades dentro da perspectiva do Desenvolvimento Territorial. Nesta direção apresenta-se a seguir um painel dos limites e potencialidades verificadas nas dimensões socioeconômicas, sociocultural educacional, ambiental e político institucional no Território de Identidade Sudoeste Baiano<sup>5</sup>.

#### **1.3.1 Limites e Potencialidades na Dimensão Socioeconômica**

Nessa dimensão procurou-se demonstrar os aspectos produtivos e econômicos do território, destacando as potencialidades capazes de dinamizar o desenvolvimento e gerar as competências necessárias para a sustentabilidade e superação dos seus limites, dentro dos eixos que incluem mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais.

---

<sup>5</sup>Os quadros de desafios e potencialidades apresentados a seguir foram elaborados pela equipe do NEDET, as fontes utilizadas foram estudos prévios realizados pela equipe, também o Plano Plurianual Participativo, o Estudo de Potencialidades, o PTDSS nacional, os planos municipais de Desenvolvimento Sustentável, as escutas das reuniões com os Conselhos de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios e também das plenárias do colegiado territorial, após a sistematização os referidos quadros foram apreciados e definidos pela plenária.

Assim, são abordados os eixos relativos à inclusão produtiva, emprego, geração de renda, empreendedorismo, economia solidária, cooperativismo, acesso à terra e água para produção, crédito e assistência técnica, entre outros, no território Sudoeste Baiano.

**Quadro 2: Desafios e Potencialidades na Dimensão Socioeconômica -2016**

<b>DESAFIOS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Poucas oportunidades de emprego e trabalho e escassez de renda nas áreas rurais e urbana nos municípios do território.</li> <li>- Baixa dinamização econômica em grande maioria dos municípios, principalmente naqueles que possuem menor contingente populacional e urbanização.</li> <li>- Baixa industrialização e de atividades que promovam o encadeamento dos setores econômicos, resultando em baixo transbordamento dos municípios mais desenvolvidos para os menos desenvolvidos.</li> <li>- Alta dependência dos municípios em relação às transferências de recursos estaduais ou federais para realizar infraestrutura básica e investimentos.</li> <li>- Alta concentração da renda.</li> <li>- O PIB da maioria dos municípios é oriundo, majoritariamente, do setor de serviços, considerando que grande parte destes recursos advém da Administração Pública.</li> <li>- Reduzido número de instituições de ensino superior e outros em vinte três municípios do Território, ocasionando reduzida oferta de cursos para qualificação social e profissional.</li> <li>- Precariedade no processamento e beneficiamento de diversos produtos das cadeias produtivas presentes no território.</li> <li>- Dificuldades no processo de armazenamento e comercialização da produção da agricultura familiar, registra-se a forte presença das figuras dos “atravessadores”.</li> <li>- Deficiência e em alguns municípios ausência de uma logística para realização de feiras agroecológicas e outras, bem como problemas de infraestrutura e outros que dificultam o escoamento da produção.</li> <li>- Instabilidade no processo de comercialização via associativismo e cooperativismo no território.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Registro de áreas propícias as atividades agropecuárias tais como a horticultura, a mandioca, a palma e outros.</li> <li>- Existência de possíveis fontes do trabalho e renda vinculada as atividades: agricultura, turismo rural, artesanato, ecoturismo e turismo de produção cultural e eventos, e outros (comércio em expansão, pesca, diversificação do setor de serviços).</li> <li>- Registro de iniciativas de produção sustentável e agroecológica.</li> <li>- Presença de associações e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, Sindicatos, Cooperativas, Movimentos Sociais, Organizações Não-Governamentais e Associações.</li> <li>- Existência de programas do governo federal voltados a garantia da segurança alimentar, (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa de Aquisição de Alimento Escolar - PNAE, Garantia Safra).</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade de agroindustrialização, comercialização, gestão, organização, empreendedorismo, cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária.</li> <li>- Baixa qualificação de empreendedores de micro e pequenas empresas, o que resulta nas dificuldades de gestão dos empreendimentos.</li> <li>- Insuficiência de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER continuada.</li> <li>- Ausência e retardamento no processo, normalmente burocrático, de regularização fundiária.</li> <li>- Ausência de infraestrutura e garantia da produção nos assentamentos rurais.</li> <li>- Condições precárias de infraestrutura no espaço rural, tais como: habitação, água, energia elétrica – (doméstica e produção), equipamentos públicos, etc.</li> <li>- Declínio na produção de feijão, milho, mandioca, piscicultura, hortaliças, apicultura e outros, bem como redução da produção pecuária devido a influência dos fatores naturais/climáticos e ausência de investimento e assistência técnica.</li> <li>- Carência de ações para melhor captação, aproveitamento e armazenamento dos recursos hídricos.</li> <li>- Dificuldades de acesso as diferentes fontes de crédito para agricultores familiares, jovens e mulheres.</li> <li>- Exploração inadequada dos recursos minerais em alguns municípios do território, se observa também a exploração realizada por pessoas e/ou empresas de outros estados fronteiriços.</li> <li>- Grande concentração de terras no território.</li> <li>- Em alguns municípios, as casas de farinha não têm equipamentos adequados e apresenta problemas como a qualidade da energia elétrica para produção.</li> <li>- Ausência de políticas públicas eficazes para garantir a permanência e participação dos jovens e mulheres nos espaços de participação social.</li> <li>- Falta de planejamento, integração e gestão do desenvolvimento sustentável, considerando os segmentos de gênero, etnia, geração, povos tradicionais e de terreiros.</li> </ul>	
---	--

Não há um entendimento da cultura como um vetor de desenvolvimento do Território, apesar de sua grande diversidade de manifestações e tradições culturais.	
--	--

**Fontes:** Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável – PMDS, 2016).

PPA PARTICIPATIVO 2016/2019 TERRITORIALIZADO.

Intervenção/trabalho da equipe NEDET/UESB.

### 1.3.2 Limites e Potencialidades na Dimensão Ambiental

Para essa dimensão destacam-se os temas relacionados à preocupação, convivência e preservação dos recursos naturais, em destaque estão: a água potável, águas residuais, áreas protegidas, resíduos sólidos, biodiversidade, mudança climática, contaminação ambiental, desertificação, erosão, desmatamento, dentre outros aspectos. Ao realizar uma leitura geral, no território Sudoeste Baiano, observa-se que o mesmo apresenta evidências de degradação ambiental atrelado a diferentes fatores.

**Quadro 3:**Desafios e Potencialidades na Dimensão Ambiental- 2016

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença de problemas ambientais relacionados ao solo: ainda verifica-se o preparo do solo para o plantio com queimadas; também no que diz respeito aos recursos hídricos existentes no território, observa-se assoreamento e poluição dos rios e açudes, estrago de matas ciliares; também é comum o uso de agrotóxicos.</li> <li>- Alteração da qualidade da fauna e a flora, com a redução e extinção de espécies animais e vegetais, prática do desmatamento, queimadas e outros.</li> <li>- Ausência de atividades voltadas para o reflorestamento tendo em vista o consumo da madeira no território.</li> <li>- Existência de mono cultivos e ampliação das áreas de cultivo do eucalipto nos municípios.</li> <li>- Falta de secretaria de Meio Ambiente, estrutura, gestão e participação das mesmas, nos municípios.</li> <li>- Crescimento dos impactos provocados pela atividade indiscriminada da mineração em alguns municípios do território.</li> <li>- Coleta e tratamento inadequado de resíduos sólidos em municípios do território, especialmente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diversidade de recursos naturais.</li> <li>- Ampliação do acesso à água através da ampliação de ações, como construção de cisternas e outros.</li> <li>- Criação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente.</li> <li>- Atores sociais sensibilizados para a importância da implantação de novas práticas que visam à melhoria da qualidade do meio ambiente.</li> <li>- Capacitação em coleta seletiva de lixo nos municípios do território, nas áreas urbanas e rurais.</li> <li>- Condições edafoclimáticas favorecidas pela altitude de porções que integram o Planalto dos Geraizinhos e Superfície do Gerais com uma produção agrícola mais regular.</li> <li>- Espaço para formação e divulgação das boas práticas ambientais nas escolas, sindicatos e outros espaços.</li> <li>-Vocação de transição para a prática agroecológica.</li> </ul>

<p>nas áreas rurais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inexistência de aterro sanitário nos municípios do território.</li> <li>- Inexistência de políticas de aproveitamento do lixo como fonte de renda e trabalho.</li> <li>- Ausência de programas e ou políticas para formação de uma consciência ambiental nos diversos espaços como igreja, sindicatos e outros.</li> <li>- Inexistência da fiscalização nas áreas de proteção ambiental do território.</li> <li>- Insuficiência de infraestrutura hídrica para a oferta de água de uso múltiplo, com qualidade e em quantidade suficiente para a universalização do abastecimento humano.</li> <li>- Ausência de comitês de Bacias Hidrográficas.</li> <li>- Proliferação da perfuração de poços artesianos de forma indiscriminada no território. Sem um sistema de fiscalização deste procedimento. E também a morosidade no processo de outorga para a perfuração de poços artesianos.</li> <li>- Falta de saneamento básico com destinação adequada de dejetos sanitários residenciais em áreas urbanas e meio rural.</li> <li>- Ausência de políticas de educação do campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica nas redes municipal e estadual.</li> <li>- Falta de sistema de gestão ambiental na agroindústria e vigilância sanitária.</li> <li>- Falta de fiscalização dos aquíferos para perfuração de poços artesianos.</li> <li>- Baixa participação da sociedade civil nas audiências públicas de estudos de impactos ambientais no território.</li> <li>- Pouca transparência nos processos de licenciamentos ambientais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença de um curso de engenharia ambiental em instituições de ensino no Território.</li> </ul>
---	---

**Fonte:** Oficinas para dos Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável – 2016; PPA 2016-2019. Plenárias do Colegiado Territorial e Conselhos Municipais. Oficinas de Construção do PTDRSS em 30/08, 12/09/2016. Intervenção/trabalho da equipe NEDET/UESB.

### 1.3.3 Limites e Potencialidades na Dimensão Sociocultural Educacional

Quanto à dimensão sociocultural educacional, o Território Sudoeste Baiano apresenta diversificado quadro, ao abordar os temas do acesso a serviços e infraestrutura pública (saúde, educação, proteção social, moradia, segurança, comunicações, energia, abastecimento d'água, saneamento, transporte, estradas, cultura, esporte e lazer), inserção social, combate a pobreza e pobreza extrema, segurança alimentar e nutricional, redução de desigualdades e promoção de igualdades sociais, crianças e adolescentes, juventude, mulheres, povos e comunidades tradicionais, pessoas com necessidades especiais, idosos, migrantes, memória coletiva, artes, gastronomia, música, literatura.

**Quadro 4:**Desafios e Potencialidades na Dimensão Sociocultural Educacional - 2016

<b>DESAFIOS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiência e precariedade de equipamentos públicos para atendimento à população do território, tais como centros de convivência, centros de tratamento específicos, hospitais de níveis secundários e terciários, serviços como o SAMU, unidades de saúde, equipamentos sociais (CREAS, CAPs.etc).</li> <li>- Baixa escolaridade da população ocupada e da população em geral, resultando em baixa qualificação da mão de obra.</li> <li>- Necessidade de ampliar as ações e projetos de ensino, extensão e pesquisa desenvolvidas no território pelas instituições de ensino.</li> <li>- Dificuldade de acesso e permanência nos cursos de nível superior dos estudantes universitários, especialmente dos grupos provenientes dos segmentos sociais de baixa renda, de comunidades tradicionais e outros.</li> <li>- Deficiência na prestação do serviço de saúde da atenção especializada, ambulatorial e hospitalar à população do território.</li> <li>- Ausências de Unidade de Pronto Atendimento – UPA no território e falta de médicos e outros profissionais da saúde nos Postos de Saúde da Família – PSFs. Também verifica-se baixa manutenção dos equipamentos destas unidades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença das Instituições de Ensino Superior: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Universidade Federal da Bahia e Instituto Federal da Bahia, e de instituições de ensino superior privadas.</li> <li>- Existência de Escolas Família Agrícola em alguns municípios do território.</li> <li>- Registro de melhoria dos indicadores do IDEB nos municípios do território.</li> <li>- Apontamento de grande diversidade cultural do território.</li> <li>- Acompanhamento e utilização das leis existentes, documentos e outros instrumentos, tais como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Constituição Brasileira, que garantem aos cidadãos os direitos a: educação para todos e de qualidade, que atenda as especificidades locais e outras demandas. Bem como registro no Plano Participativo Anual 2016-2019.</li> </ul>



- Precariedade de programas específicos para o enfrentamento e orientação de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, a exemplo: mulheres vítimas de violência, dependentes químicos, portadores de doenças graves e outros.
- Carência e precariedade de equipamentos públicos a exemplo de bibliotecas, salas de multimídias, laboratórios de ciência e informática, quadras poliesportivas, espaços culturais, refeitórios, restaurantes populares, escolas do campo e outros.
- Precarização nas áreas de educação e cultura, ocasionando problemas como: evasão escolar, violência nas escolas e perda da identidade entre outros.
- Carência de instituições e programas voltados para a educação do campo.
- Reduzido número de profissionais capacitados para o trabalho com a cultura.
- Baixa valorização das expressões artísticas, manifestações culturais, ações de lazer e preservação do patrimônio cultural produzidas em suas diferentes configurações e possíveis interfaces com outras áreas.
- Insuficiência da Rede de Hematologia e Hemoterapia do Estado da Bahia para atender à demanda do Sistema Único de Saúde (SUS-BA).
- Dificuldade de gestão da assistência farmacêutica para assegurar o acesso aos medicamentos.
- Ausência de políticas de segurança alimentar e nutricional voltadas para a participação da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e de assentados da reforma agrária.
- Falta de espaços e ações para garantir o cumprimento das medidas socioeducativas, e reinserção dos adolescentes e pessoas restritivas de liberdade e ações para reinserção de egressos.
- Precariedade, carência e insuficiência no sistema de segurança nos municípios do território, nas áreas urbanas e rurais.
- Número crescente de registros de violência, furto, assaltos, homicídios, feminicídios e outras ações perturbadoras da segurança nos municípios do território.

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Precariedade no sistema penitenciário nos municípios do território.</li> <li>- Registro de situação de pobreza em áreas do território com presença de moradias precárias e ocorrência do desenvolvimento irregular das ações sociais.</li> <li>- Ausência de creche nos municípios nas áreas urbanas, principalmente nas áreas rurais.</li> </ul>	
--	--

Fonte: PPA 2016-2019 regionalizado)  
(Intervenção da equipe NEDET/UESB)

### 1.3.4 Limites e Potencialidades na Dimensão Político-Institucional

Em relação à esta dimensão destaca-se o aparato político-institucional do Território, composto por: governo local, conselhos municipais, conselhos territoriais e regionais, legislações e marcos regulatórios específicos, organização social, sindical e política, participação social, representação política nos espaços estaduais e federal. Nesta direção o Território Sudoeste Baiano apresenta:

**Quadro 5: Desafios e Potencialidades na Dimensão Político-Institucional - 2016**

<b>DESAFIOS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência dos prefeitos e/ou representantes dos mesmos, com baixa participação do poder público nas plenárias do Colegiado Territorial.</li> <li>- Falta de representação dos consórcios municipais nas plenárias do Colegiado Territorial.</li> <li>- Nível regular de articulação entre os níveis federal, estadual e municipal, na gestão das políticas públicas.</li> <li>- Dificuldades na articulação e integração das políticas públicas no território.</li> <li>- Baixo nível de envolvimento de algumas instituições do território no acompanhamento de projetos territoriais.</li> <li>- Falta de investimento em equipes de assessores técnicos e outros que possam contribuir na elaboração e acompanhamento de projetos territoriais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colegiado Territorial, atuante e diverso.</li> <li>- Percentual de comparecimento as eleições do colegiado em torno de 70%, indicando boa participação cidadã.</li> <li>- Existência das câmaras de Inclusão Produtiva, Cultura, Mulheres e Juventude;</li> <li>- Registros de espaços de participação como: conselhos municipais, sindicatos, associações e outros.</li> <li>- Registro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher no município de Vitória da Conquista.</li> <li>- Forte compromisso e participação efetiva da maioria dos grupos organizados do território.</li> <li>- Presença de movimentos sociais atuantes no território, como MPA, MST, CEDASB, MTD, STRS e outros.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Possibilidade de término do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET no território.</li> <li>- Necessidade de institucionalização do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET.</li> <li>- Necessidade de reestruturação dos conselhos existentes nos municípios e também de criação de novos conselhos e/ou espaços de participação que englobem as presenças de jovens, mulheres, comunidades tradicionais, de terreiros e outros.</li> <li>- Ausência de espaços de diálogos nos municípios nas áreas rurais e urbanas para discussões a respeito das temáticas de gênero, etnias, geração, violência e outros.</li> <li>- Falta dinamismo em um número significativo de sindicatos instalados nos municípios.</li> <li>- Falta de gestão democrática e participativa em órgãos públicos e instituições.</li> <li>- Ausência de programas que dinamizem a convivência social e participação cidadã para os jovens e adolescentes.</li> <li>- Falta de estruturação e gestão de rotina das associações, e de seu reconhecimento enquanto terceiro setor. Verifica-se a ausência de organização jurídica, contábil, de documentos e outros. Consequentemente enfrentam dificuldades pra acessar e concorrer aos editais.</li> <li>- Ausência de acesso a informação e uso de tecnologias que interferem no processo de circulação e divulgação das informações e oportunidades em especial nas associações e outras instituições no espaço rural.</li> <li>- Falta disseminação da cultura do trabalho e da prática do coletivo por parte dos representantes publicos, das associações e outros; algumas vezes são priorizadas as ações individuais.</li> <li>- Ausência de alguns órgãos do estado da Bahia.</li> <li>- Ausência de editais territorializados da cultura e falta de melhor divulgação dos editais nesta linha.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de grande número de sindicatos no território.</li> <li>- Existência de redes de cooperativas e centrais de associações.</li> <li>- A presença da equipe do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial NEDET no território, e do trabalho de assessoria realizado pelo mesmo, que tem fortalecido a mobilização, a gestão social, a participação e outros pilares do desenvolvimento territorial.</li> </ul>
---	--

**Fonte:** PTDRSS e PPA 2016-2019 regionalizado.  
(Intervenção da equipe NEDET/UESB)

Frente à pluralidade encontrada no Território Sudoeste Baiano os quadros apresentados anteriormente têm como propósito realizar uma sistematização dos principais e mais evidentes desafios e possibilidades presentes no território. No entanto, é importante destacar que os quadros apresentados não são limitantes no processo de constante construção das discussões sobre os entraves e possibilidades para o desenvolvimento territorial, visto que o território é dinâmico, vivo e diverso.

# Capítulo II

## **CAPITULO 2 – MATRIZ DE AÇÕES**

### **2.1 Breve descrição sobre os Eixos de Desenvolvimento**

Para falar em desenvolvimento, é necessário entender a base das antigas interpretações, não só do termo desenvolvimento, mas também de nomenclaturas a ele vinculadas como pobreza, produção, noção de Estado e igualdade. Termos que surgiram na história moderna do Ocidente, que impôs uma forma de entender o mundo dentro de uma perspectiva ocidental em face da possibilidade de realizar mudanças substanciais em estruturas desiguais e combinadas.

Na construção histórica do termo desenvolvimento, destaca-se na linguagem coloquial o desenvolvimento descrito como um processo pelo qual são liberadas as potencialidades de um objeto ou de um organismo, para que esse alcance sua forma natural, completa e amadurecida.

Nesta direção, é pertinente abordar as preocupações com as intervenções no espaço, enquanto construção social, de modo especial quando diz respeito à questão do desenvolvimento, como elemento merecedor de análise, na medida em que se pode entender o desenvolvimento como uma consequência do planejamento a partir da relação que se estabelece entre o ato de planejar e a eficácia na fase executiva.

A prática do planejamento não é tarefa fácil, o presente plano de trabalho neste capítulo apresenta uma matriz ampla, composta dos objetivos, estratégias e metas que devem no futuro, período de oito anos, serem concretizadas com êxito. Cada matriz foi construída a partir das particularidades das diferentes realidades do território e, para melhor detalhar, objetivar e quantificar as metas serão elaborados os planos territoriais de ação. No território já se encontra em andamento um trabalho nesta direção e observou-se a busca da superação, o “sucesso” e o “êxito” vinculados à questão do “desenvolvimento”, com convicção de que o planejamento é essencial para o desenvolvimento com sustentabilidade.

Neste contexto, o presente documento de planejamento adotou quatro eixos de trabalho com vistas a alcançar o desenvolvimento, sendo eles: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva; Estrutura Fundiária e Acesso a Terra; Formação Cidadã e organização Social e Infraestrutura e Serviços Públicos.

Em relação ao eixo de Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva os objetivos traçados foram pensados na perspectiva de atender de modo especial a consolidação da agricultura familiar no território, com metas direcionadas a

melhoria das condições de produção, armazenamento, estrutura e comercialização. Nesta mesma direção as propostas também tratam das questões do meio ambiente e sua relação com o processo de produção. E ainda traz indicativos para promover o desenvolvimento econômico também a partir da exploração das diferentes potencialidades existentes nos municípios, preocupados sempre com os recursos naturais e atentos a relação sociedade *versus* natureza.

No que diz respeito ao eixo de Estrutura Fundiária e Acesso a Terra, o território precisa de ações no sentido de atingir a governança fundiária, sendo este um elemento de grande relevância para alcançar outras melhorias, como as que estão relacionadas à produção, formação e outros. O acesso a terra, assim também como os meios para convivência com a terra garantem ao sujeito melhores condições de vida.

Formação Cidadã e organização Social, certamente este, não diferente dos demais, consiste em um importante eixo para o desenvolvimento, também avaliado como um dos mais difíceis de construir. Ao relembrar do processo histórico de atraso na implementação das políticas públicas no Brasil, retardamento na consolidação e ampliação dos espaços de formação, entende-se que muitos devem ser os esforços nesta direção. Assim o planejamento analisa que é preciso investir na formação e qualificação eficaz, com metas especialmente voltadas para a educação, ampliação das políticas públicas direcionadas a cultura, ao esporte e ao lazer, observando as especificidades da diversidade, dos direitos humanos, e do respeito aos valores e dos povos.

E quanto à Infraestrutura e Serviços Públicos, também foi mantida a mesma linha de discussão, priorizando a diversidade e as demandas do território, e foram então elencadas ações com propósito de melhorar o acesso a saúde, a segurança, infraestrutura, lazer, cultura, esporte e educação. Tudo considerando a relação campo/cidade e a qualidade de vida nestes espaços.

Ao fazer a análise/síntese das matrizes apresentada verifica-se que há uma interligação e complementariedade entre as mesmas, uma vez que ao propor como objetivo final o desenvolvimento, na escala territorial, sustentável e solidário, nenhum destes eixos podem ser negligenciados ou dissociados, trata-se de uma engrenagem interligada e interdependente. Logo muitas metas e objetivos se complementam e/ou se confirmam para que o desenvolvimento de fato aconteça a partir de uma visão de conjunto. As informações aqui oferecidas são a seguir detalhadas na matriz de ação de cada eixo apresentado.

## 2.2 Matrizes de Ações

### 2.2.1 Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Sócioprodutiva

Nº	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS
1	Consolidar a diversificação da matriz produtiva visando a inserção competitiva, integração cooperada e inclusão socioprodutiva.	1.1 Fomentar o desenvolvimento das potenciais cadeias produtivas para a agricultura familiar do território.	1.1.1 Ampliar dos serviços de ATER, para atendimento de 50% dos agricultores, em oito anos.
			1.1.2 Levar e ampliar o acesso ao crédito, para 100% dos agricultores familiares do território, em oito anos - Em especial: Pronaf Jovem, Pronaf Mulher, Agroecologia
			1.1.3 Investir e Ampliar o acesso a recursos hídricos para produção, para atendimento de 100% dos agricultores, em oito anos.
			1.1.4 Ampliar a rede trifásica de energia elétrica, para atendimento de 100% dos agricultores, em oito anos.
		1.2 Promover maior competitividade e agregação de valor aos produtos das principais cadeias produtivas da agricultura familiar, com vistas a ampliar sua inserção nos mercados nacional e internacional.	1.2.1 Ampliar a Infraestrutura em 100% para inseminação artificial, em oito anos.
			1.2.2 Ampliar as áreas agroindustriais coletivas, em 100%, em oito anos .
		1.3 Ampliar os serviços de ATER, experimentação e pesquisa para atender todos os municípios do território, priorizando o cadastro ambiental rural	1.3.1 Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para 100% dos povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, em oito anos.
			1.3.2 Promover a formação continuada em Assistência Técnica e Extensão Rural através do aumento em 200% dos Técnicos e agentes, da agricultura familiar, assentados de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, em oito anos.
		1.4 Fortalecer as atividades de pesca e aquicultura no território.	1.4.1 Implantar unidades produtivas de aquicultura e piscicultura, para atendimento de, no mínimo, 10% dos agricultores em cada município, em oito anos.



		1.5 Fortalecer a atividade agropecuária com ampliação do mercado, através da implantação e adequação de infraestrutura existente para o abate e armazenamento seguro de bovinos, caprinos, ovinos e suínos.	1.5.1 Adequar o frigorífico de VCA, para o abate de caprinos, ovinos e suínos, com capacidade para 20% do rebanho do território, em 2 anos.
			1.5.2 Construir dois frigoríficos e abatedouros nos pólos de Condeúba e Poções, em oito anos.
			1.5.3 Implantar três frigoríficos e abatedouros específicos para avicultura nos Pólos de Poções, Condeúba e Vitória da Conquista, em oito anos.
			1.5.4 Construir vinte e quatro entrepostos com câmara fria e sala de desossa em todos os municípios do território, em oito anos.
		1.6 Incrementar a infraestrutura para beneficiamento da produção dos derivados do leite	1.6.1 Construir dois laticínios da agricultura familiar, nos pólos Poções e Vitória da Conquista e aquisição de estrutura fria, em oito anos.
		1.7 Implantar o Serviço de Inspeção Municipal SIM/SUASA	1.7.1 Implantar legislação específica para a agricultura familiar; Regulamentação dos produtos em todo o Território, em dois anos.
	2	2.1 Garantir a aquisição dos gênerosalimentícios da alimentação escolar da rede municipal e estadual junto as organizações (Cooperativas e associações) do território	2.1.1.Prover infraestrutura adequada para armazenagem dos suprimentos em todas as unidades de ensino da rede escolar municipal e estadual, em dois anos.
			2.1.2 Adequar a política de alimentação escolar em todos os municípios, reavaliando aspectos como: preços praticados, condições de participação, emissão de alvarás, em dois anos.
		2.2 Incentivar a agricultura família para adotar o sistema agroecológico.	2.2.1 Ampliar e diversificar a oferta de alimentos saudáveis no mercado em 300%, a cada dois anos;
			2.2.2 Certificar todos os produtores agroecológicos do território (criação de selo agroecológico), em quatro anos;
			2.2.3 Implantar feiras agroecologicas em 19 municípios do território, em dois anos.
			2.2.4 Disponibilizar crédito para comercialização e o crédito voltado para agroecologia, em todos os municípios,em dois anos.
			2.2.5 Prover capacitação continuada de todos os produtores e técnicos, em dois anos.
		Promover políticas públicas voltaadas para o desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar.	

3		2.3 Fomentar a agroindustrialização, a comercialização, a gestão, a organização, o empreendedorismo, o cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária, dos povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, jovens e mulheres, considerando as particularidades e potencialidades territoriais	2.3.1 Criar uma central das cooperativas, em um ano;
			2.3.2 Fortalecer com capacitações, oferta de crédito e incentivos todas as cooperativas já existentes e incentivar a criação de novas cooperativas voltadas para as cadeias produtivas potenciais do território, em dois anos.
			2.3.3 Implantar o armazém da agricultura familiar e o armazém da CONAB no município de Vitória da Conquista, em dois anos
	Promover a preservação do meio ambiente, economia verde e sustentabilidade.	3.1 Controlar os impactos negativos ao meio ambiente provocados pelo uso indiscriminado dos agrotóxicos em todos os municípios do território.	3.1.1 Mapear as regiões de maior uso de agrotóxicos no território, em dois anos.
			3.1.2 Combater o uso indiscriminado de agrotóxicos através da fiscalização total da comercialização e sua utilização, em todo o território, em dois anos.
			3.1.3 Avaliar os impactos sobre os cursos de água, no solo e no ar, em um ano.
			3.1.4 Ampliar em 100% a capacidade da central de recolhimento de embalagens de agrotóxicos, em quatro anos.
		3.2 Promover a ampliação e restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos.	3.2.1 Criar comitês de bacias (Rio Pardo e Rio Catolé), para permitir a cobrança de uso dos recursos hídricos, em quatro anos.
			3.2.2 Implementar programa de restauração florestal em áreas prioritárias e estratégicas: Ênfase na recuperação e preservação das nascentes, rios, veredas e das bacias hidrográficas existentes no território, em oito anos.
			3.2.3 Implementar Plano de recuperação de áreas degradadas, reflorestamento de áreas para produção de madeiras e controle de desmatamento, em todo o território, em oito anos.

		3.3 Fortalecer os sistemas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos, especialmente observando a recuperação e abertura de novos poços artesianos.	3.3.1 Realizar ações de educação ambiental para promover a democratização dos conhecimentos e informações socioambientais, em todas as escolas da rede pública, em quatro anos.
			3.3.2 Reduzir do plantio de monocultivos em 10%, em quatro anos
			3.3.3 Realizar mapeamento e levantamento dos recursos hídricos existentes no território, em quatro anos.
			3.3.4 Recuperar todos os poços artesianos desativados e ampliar a fiscalização, por meio de plano de rotina quanto a concessão para abertura de novos poços no território, em quatro anos.
4	Fortalecer a economia da Cultura do território.	4.1 Capacitar os governos municipais, para que estes promovam atividades que incentivem e valorizem os empreendedores (artistas, produtores, etc.) e as manifestações culturais em seus respectivos municípios e no território.	4.1.1 Promover dois encontros anuais com os gestores municipais de cultura do território.
			4.1.2 Promover uma capacitação por ano para os empreendedores da cultura (artistas, produtores, etc. ,).

## 2.2.2 Estrutura Fundiária e Acesso a Terra

Nº	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS
1	Promover governança fundiária para o desenvolvimento rural e agricultura familiar.	1.1 Promover a regularização fundiária das áreas ocupadas, priorizando agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, fundos de pastos e regiões de conflitos com investimento em infraestrutura.	1.1.1 Garantir de emissão de 1.000 títulos referente a regularização fundiária, por ano, totalizando 8.000 títulos ao final do plano.
			1.1.2 Reconhecer todas as comunidades quilombolas, indígenas, e de fundo e fecho de pasto, e entregar a titulação de 50% das comunidades quilombolas em oito anos. (Trinta e quatro comunidades de Vitória da Conquista e conhecidas e aguardam titulação).
			1.1.3 Regularizar todas as propriedades de reforma agrária e do crédito fundiário, além dos assentamentos urbanos e reforma periurbana, até o final do plano.
			1.1.4 Garantir a titulação, com entrega dos títulos, de 40% das propriedades até 4 módulos fiscais, em oito anos.
			1.1.5 Apoiar a estruturação (infraestrutura habitacional, recursos hídricos consumo humano e produção, energia trifásica) de todos os assentamentos do território, em oito anos.
			1.1.6 Proibir comercialização dos lotes de reforma agrária, através da implantação de Conselho ou Comitê para fiscalização, em 2 anos.
			1.1.7 Implementar os Programas Minha Primeira Terra, Cédula da Terra e Crédito fundiário para todos os municípios, em 4 anos.
			1.1.8 Assegurar a todos os acampamentos e processos de reforma agrária dos movimentos sociais a garantia de direitos de acesso a terra, direito a colheita, assistência jurídica, logística e social, pelo período do plano.
			1.1.9 Ampliar em 100% do acesso ao crédito para projetos produtivos dos assentamentos, em oito anos. Especialmente a descentralização dos programas de crédito específico para a reforma agrária (PRONAF's), em quatro anos.
			1.1.10 Garantir o acesso às DAP's, de todos assentados, quilombolas, fundo de fecho de pasto, em dois anos.
			1.1.11 Realizar mobilização junto às instituições financeiras para conscientização e sensibilização quanto as condições de atendimento aos beneficiários.
			1.1.12 Disponibilizar capacitação em Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR no Território, maior detalhamento no Plano de ação territorial.
			1.1.13 Mapear de terras devolutas e sem utilização, em todo o território, em quatro anos.

### 2.2.3 Formação Cidadã e Organização Social

Nº	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS
1	Investir em educação para qualificação profissional e inclusão socioprodutiva	1.1 Fortalecer ações de emprego, trabalho e renda ampliando a rede de serviços e promovendo ações de qualificação social e profissional.	1.1.1 Qualificar profissionalmente 50% dos jovens de todo território em situação de vulnerabilidade social, através da oferta de curso e bolsa (auxílio financeiro) em 4 anos.
			1.1.2 Incentivar por meio de campanhas e políticas públicas a inserção 20% dos trabalhadores no mundo do trabalho em atividade formal e remunerada em todo território.
		1.2. Executar projetos para expansão da educação profissional.	1.2.1 Implantar os centros territoriais profissionalizantes e IF's nos pólos territoriais, Poções e Condeúba, com a possibilidade de criação de extensões para atender aos municípios em torno dos pólos em 6 anos.
			1.2.2 Realizar estudo de viabilidade econômica e vocações locais para avaliação dos cursos e atividades a serem desenvolvidas em dois anos.
		1.3. Implementar políticas de educação do campo e educação ambiental nas unidades escolares da educação básica, ensino médio/profissionalizante e ensino superior.	1.3.1 Ampliar a estrutura de 50% das unidades de ensino, bem como a adequação em zonas rural e urbana no período de quatro anos.
			1.3.2 Capacitar e acompanhar 100% dos profissionais que atuam no meio rural para a elaboração e execução de Projeto Pedagógico para a Educação contextualizada do campo, no período de 8 anos.
			1.3.3 Ofertar três cursos de graduação presencial na sede do território, adequando à realidade local a partir da pedagogia de alternância (avaliar utilização de aspectos da metodologia do PRONERA) em quatro anos.
		1.4. Instalar e Regionalizar as EFA's para consolidação do desenvolvimento rural e agricultura familiar	1.4.1 Assegurar do poder público a garantia de implantação do ensino médio nas EFA's existentes e construção de mais 3 no território no período de 4 anos.
			1.4.2 Realizar estudo de viabilidade econômica e vocações locais para orientar a implantação dos cursos técnicos no período de 2 anos.
			1.4.3 Solicitar do poder público orçamento para manutenção e continuidade das atividades das EFA's( ação continuada).

2	Desenvolver e consolidar as políticas públicas de Educação, Ciência e Cidadania	2.1 Promover o protagonismo juvenil através da articulação e da execução de políticas, para a garantia da vida, com dignidade e sem violência.	2.1.1 Beneficiar 40% dos jovens de todo o território através de práticas pedagógicas, que incluam práticas de esporte e cultural, e que estimulem a permanência na escola, elevação da escolaridade e inclusão sócio produtiva no período de oito anos.
		2.2 Criar extensões em municípios do território visando a ampliação do acesso e as ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais e federais	2.2.1 Ofertar cursos de graduação presencial nos pólos de Condeúba e Poções, modular e a distância nos municípios do território no período de 4 anos.
		2.3 Estabelecer maior empenho ampliando os investimentos de implementação das leis que tornam obrigatórios os conteúdos da grade curricular, a exemplo da lei 10.639/2003 e da lei 11.769/2011, considerando a necessidade de elaboração do Plano Estadual Para Aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais.	2.3.1 Implementar 100%, nas unidades escolares da rede estadual, a política da educação das relações étnico-raciais, de gênero e de sexualidades no período de 4 anos.
		2.4 Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino.	2.4.1. Implantar e estruturar escolas de tempo integral em todos os municípios do território, no período de oito anos.
		2.5 Prover infraestrutura e suprimentos adequados na rede escolar estadual.	2.5.1 Reformar a estrutura física de todas as unidades escolares, obedecendo às normas de acessibilidade para incrementar a inclusão no período de oito anos.
		2.6 Investir e disponibilizar recursos financeiros específicos para a assistência e permanência estudantil nas universidades, com vistas à democratização do acesso, efetiva permanência e sucesso, com vistas a uma formação integral e qualificada, garantindo a execução de políticas de ações afirmativas.	2.6.1 Contemplar 100% dos estudantes das universidades públicas em situação de vulnerabilidade com ações de assistência estudantil, (ação continuada).

		2.7 Consolidar e ampliar as ações de ensino, pesquisa e extensão nas instituições de ensino Superior.	2.7.1 Incrementar os repasses financeiros de custeio para UESB, em 100% proporcionando o investimento em estrutura, pessoal e permanência estudantil no período de dois anos.
			2.7.2 Apoiar a criação da Universidade Federal do Sudoeste da Bahia, tendo em vista a ampliação de 100% das vagas no ensino superior público no território no período de quatro anos.
3	Ampliar as políticas públicas de apoio e fomento para promoção da Cultura, Lazer e Esporte.	3.1 Promover o desenvolvimento territorial da cultura respeitando a diversidade cultural presente em todo o Território.	3.1.1 Assistir com apoio técnico e financeiro todos os municípios para a implementação e qualificação dos Sistemas Municipais de Cultura, no período de quatro anos.
			3.1.2 Realizar em todos os municípios ações, em consonância com as propostas das Conferências Territoriais, de fortalecimento à territorialização da Cultura, à cultura de paz, o respeito às diversidades, bem como o estímulo ao pensamento crítico e reflexivo sobre a cultura e as artes, no período de quatro anos.
			3.1.3 Avaliar e acompanhar a dinamização dos Equipamentos Culturais de todos os municípios, com vistas a garantir o foco principal de suas atividades para a Cultura. No período de quatro anos.
			3.1.4 Ampliar a participação em 100% dos membros e fortalecer a Câmara Temática de Cultura do Colegiado Territorial, no período de 1 ano.
			3.1.5 Realizar mobilização nos espaços de participação (escolas, associações e outros) e eventos de conscientização para revitalizar e manter tradições e manifestações através do levantamento das principais atividades culturais em cada município, bem como o acervo histórico, de memória e patrimonial dos mesmos. (Ação Continua)
4	Promover a gestão governamental e a governança socioeconômica.	4.1 Promover a governança territorial, com o suporte aos espaços de participação e concertação e o acompanhamento da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia.	4.1.1 Prestar suporte administrativo, técnico e financeiro ao Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável - CODETER no período de oito anos.
			4.1.2 Realizar eventos anuais nos pólos para qualificação de atores sociais públicos, institucionais e de redes territoriais no período de oito anos.
		4.2 Promover o consorciamento de municípios, com vistas ao planejamento, à regulação e à execução de serviços públicos, em cooperação com o Estado.	4.2.1 Prestar suporte técnico e capacitação para a gestão de consórcios públicos, no período de oito anos.

		4.3 Aprimorar o intercâmbio e a articulação com os demais entes federativos, o diálogo social e a participação popular nas ações governamentais.	4.3.1 Promover encontro anual de articulação em cada nos municípios pólos (Vitória da Conquista, Poções e Condeúba).
			4.3.2 Promover encontro territorial de dois em dois anos, oferecendo suporte técnico-político nos diálogos e escutas sociais no território de, assegurando o caráter democrático na elaboração e implementação das políticas públicas no período de oito anos.
		4.4 Instrumentalizar o colegiado territorial e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável para o controle e acompanhamento social na execução de políticas públicas e dos instrumentos de planejamento.	4.4.1 Criar programa continuado de formação em parceria com movimentos, organizações sociais e universidades, que possa capacitar permanentemente os conselhos atuantes no controle social, em especial os CMDS, no período de oito anos.
5	Desenvolver e consolidar as políticas públicas para a inclusão, diversidade, cidadania e direitos humanos	5.1 Tornar os CSU's espaços de acompanhamento, organização, execução de ações do desenvolvimento social e Direitos Humanos, em parceria com as secretarias de cultura, desenvolvimento social, segurança pública e cidadania, trabalho, emprego renda e esporte.	5.1.1 Implantar Centros Sociais Urbanos (CSUs) nos municípios que ainda não possuem e redefinição de sua utilização e objetivos, nos municípios onde já existem, no período de 6 anos.
		5.2 Desenvolver projetos e ações que garantam o desenvolvimento e protagonismo da juventude.	5.2.1 Capacitar os comitês municipais de juventude em todo território, no período de oito anos.
			5.2.2 Apoiar a criação de conselhos municipais de juventude nos municípios do território no período de quatro anos.
			5.2.3 Criar e efetivar uma (01) Rede Territorial de Direitos Humanos, tendo como foco principal o debate acerca das especificidades de juventudes tradicionais, LGBT's e do campo.
			5.2.4 Promover fóruns anuais e ou capacitações nos pólos (professores, gestores e outros em escolas, associações e sindicatos) que tenham como temáticas a diversidade da juventude do campo no período de oito anos.
		5.3 Desenvolver projetos e ações para mulheres, gênero e diversidade.	5.3.1 Incentivar a participação das mulheres e dos jovens nos espaços de participação social no período de 8 anos.



## 2.2.4 Infraestrutura e Serviços Públicos

Nº	OBJETIVOS	ESTRATÉGIA	META
1	Ampliar a infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável.	1.1 Ampliar a oferta de água para consumo humano, para as atividades da agricultura familiar e produção (agropecuária, indústria, serviços) visando atender municípios desassistidos especialmente na área rural.	1.1.1 Implantar sistema de saneamento na área rural em 100% dos municípios do território, no período de oito anos.
			1.1.2 Implementar tecnologias sociais em 100% dos municípios para captar e reservar água de chuva para consumo, produção de alimentos e dessedentação animal no período de 8 anos.
			1.1.3 Implantar em todas as comunidades rurais dos municípios, sistemas simplificados de abastecimento de água no período de oito anos.
			1.1.4 Construir estações de tratamento de esgoto em todos os municípios no período de oito anos.
			1.1.5 Limpar açudes, aguadas, barreiros e pequenas barragens em todos os municípios no período de oito anos.
			1.1.6 Construir onze barragens com adutoras para atender os municípios de maior deficiência de recursos hídricos no período de 8 anos.
		1.2 Diversificar a matriz de transportes do estado aumentando a integração entre os modais, melhorando o escoamento da produção e contribuir para o desenvolvimento econômico dos municípios.	1.2.1 Reformar e recuar rodovias, estradas intermunicipais, vicinais e vias que interligam os municípios do território no período de oito anos. Com atenção especial para a construção e asfaltamento de rodovias intermunicipais que ligam os municípios de Condeúba a Jacaraci; Condeúba a Guajeru; Bom Jesus da Serra a Mirante; Caetanos a Vitória da Conquista; Encuzilhada a Mata Verde; Ribeirão do Largo a Itambé, Poções a Nova Canaã, no período de oito anos.
			1.2.2. Reformar e Construir pontes e passagens molhadas nas estradas vicinais em todos os municípios do território durante oito anos.
			1.2.3 Realizar parcerias intermunicipais para viabilização das reformas e manutenção de estradas vicinais no período de oito anos.
		1.3 Estruturar a rede elétrica.	1.3.1 Adequar a rede elétrica para produção, e fornecimento de energia elétrica trifásica no período de oito anos.

2	Implementar e consolidar políticas públicas para melhoria das redes urbana e rural, e ampliação da infraestrutura habitacional.	2.1 Promover o acesso à moradia digna na área urbana e rural, visando a redução do déficit habitacional, priorizando os segmentos populacionais de maior vulnerabilidade considerando especificidade e características locais.	2.1.1 Ampliar programas habitacionais para área rural em cidades abaixo de 50 mil habitantes e faixa salarial de 0 a 3 salários-mínimos no período de oito anos.
			2.1.2 Recuperar e construir unidades habitacionais em todos os municípios do território no período de oito anos.
		2.2 Garantir a implantação plano de saneamento básico e resíduos sólidos em todos os municípios do território.	2.2.1 Construir oito aterros sanitários intermunicipais, através de consórcios municipais para viabilização da sua construção e manutenção no período de oito anos.
			2.2.2 Construir oito unidades intermunicipais de destinação de resíduos (reciclagem e reutilização) com novas técnicas e práticas sustentáveis no período de oito anos.
3	Ampliar a infraestrutura e serviços de saúde e assistência social.	3.1 Construir hospitais e unidades de pronto atendimento, aquisição de equipamentos, incremento de pessoal e ampliação do atendimento.	3.1.1 Abrir e manter duas Unidades de Pronto Atendimento (UPA), nos municípios pólos: Vitória da Conquista, Condeuba e Poções do território no período de oito anos.
			3.1.2 Ampliar em 100% a relação de medicamentos de alto custo e garantir a distribuição em todo o território no período de 8 anos.
			3.1.3 Ampliar e equipar o Hospital Geral do estado (Vitória da Conquista) em 300% para o atendimento de alta complexidade para atender todo o território, no período de oito anos.
			3.1.4 Implantar hospitais regionais nos pólos de Condeúba e Poções, a fim de ampliar a cobertura e o atendimento dos municípios do entorno no período de 4 anos.
		3.2 Oferecer acolhimento social e acompanhamento logístico.	3.2.1 Construir centro de acolhimento e implantação da Casa Abrigo nos pólos de Condeúba e Poções para vítimas de violência doméstica, no período de 4 anos.
			3.2.2 Equipar os 24 Conselhos Tutelares ampliando o atendimento em 100% à crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social em todo o território, no período de dois anos.
			3.2.3 Implantar uma casa com serviço social, nos pólos, para apoio de familiares que tenham parentes em internação no período de oito anos.
			3.2.4 Ampliar em 100% do número de creches em cada município, priorizando os distritos, no período de 4 anos.

		3.3 Fortalecer os CAPS.	3.3.1 Ampliar o programa de saúde específico para Prevenção e Recuperação de Dependentes Químicos, com construção de um centro nos pólos de Condeúba e Poções (CAPS AD) no período de quatro anos.
			3.3.2 Implantar o programa específico para saúde mental em todos os municípios do território, no período de 4 anos.
		3.4 Ampliar do atendimento e cobertura do Programa de Saúde da Família.	3.4.1 Controlar e ampliar das equipes de Saúde, com o aumento no número de agentes, no meio rural garantindo em 100% a cobertura do Programa de Saúde da Família - PSF, no período de 4 anos.
			3.4.2 Aumentar em 100% dos recursos para a qualificação dos agentes de saúde e endemias em todo o território, no período de 2 anos.
		3.5 Criar espaços seguros para atender aos casos de assédio sexual, bem como de assédio Moral.	3.5.1 Implantar todos os municípios de uma estrutura física e contratação de profissionais de saúde, assistência social e jurídica, em 4 anos.
			3.5.2 Implantar e instrumentalizar o CRAS/CREAS em todos os municípios do território, em 4 anos.
4	Ampliar os equipamentos e serviços de segurança pública e acesso a justiça.	4.1 Ampliar as unidades policiais e acesso a justiça.	4.1.1 Criar de Bases de Segurança Comunitária da PM, com ampliação de 100 % do efetivo policial, em todos os municípios, em 4 anos.
			4.1.2 Implementar políticas de segurança pública no campo em todos os municípios do território, uma vez que nestes espaços vem crescendo os índices de violências e consumo de drogas.
		4.2 Implantar companhias de bombeiros em cada pólo do Território com infraestrutura e pessoal para atendimento aos municípios do entorno.	4.2.1 Reaparelhar e territorializar o novo corpo de bombeiros, qualificação profissional, especialmente na formação e abertura de novos grupamentos com aumento de efetivos e brigadistas nos pólos de Condeúba e Poções, em 2 anos.
5	Implantar e ampliar os espaços, equipamentos e serviços de Cultura, Esporte e Lazer.	5.1 Organizar e criar de formas de acesso a equipamentos e espaços da área de esportes e lazer nos meios rural e urbano.	5.1.1 Implantar parque ecológico, em todos os municípios do território aproveitando os espaços existentes, em 8 anos.
			5.1.2 Construir e ou aparelhar os espaços para prática de esporte e lazer em todos os municípios do Território, em 4 anos.
			5.1.3 Criar núcleos do Centro de Convivência para multiusos, nas sedes e distritos de todos os municípios, em 4 anos.
			5.1.4 Adequar e gerir o funcionamento do Centro Territorial de Cultura Camilo de Jesus Lima, em 1 ano.

# Capítulo III

## **CAPÍTULO 3 – GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO**

### **3.1 Instrumentos Estratégicos para Gestão do Desenvolvimento**

Por meio da política de desenvolvimento territorial acredita-se que nas localidades dos municípios existe à possibilidade das populações ascenderem socialmente e economicamente. Mas, na maior parte das vezes, as riquezas e diversidades locais não são trabalhadas adequadamente. Assim, as ações governamentais precisam ter como base as próprias recomendações dos habitantes locais /rurais e por esse motivo, a participação local no processo de planejamento torna-se fundamental para a obtenção de bons resultados.

Na perspectiva da gestão do desenvolvimento no Território Sudoeste Baiano, o seu Colegiado Territorial mostra-se como o principal gestor, e tem o papel de planejar, acompanhar e intervir no processo de desenvolvimento e acompanhamento dos desdobramentos do PTDRSS no território, bem como de sistematizar e avaliar as ações.

Assim, o colegiado territorial também exerce papel de instrumento para a integração das políticas públicas e viabilização das estratégias descentralizadoras, uma vez que, no território Sudoeste Baiano há realidades muito distintas; a população local inserida no colegiado contribui decisivamente na escolha das possíveis atuações governamentais, para que os bens e serviços estejam de acordo com as demandas de cada localidade.

Neste espaço há possibilidades de levantar opiniões e visões dos representantes da sociedade civil e poder público a respeito das fortalezas e dos problemas de cada município, e também colher sugestões de ações a serem desenvolvidas. Dessa forma, há sempre o registro de opiniões divergentes, convergentes e interesses diferentes, por isso, o essencial é procurar estabelecer convergências e consensos no processo político dentro e fora do colegiado.

Um dos desafios do Colegiado é elaborar estratégias que proporcionem capacitação de qualidade aos atores sociais, para que os mesmos possam elaborar e executar projetos; e promover maior inserção das políticas públicas. Nesta direção, é necessário estabelecer parcerias. Dentre, muitas que podem ser construídas com essa finalidade acredita-se que as universidades, a exemplo da UESB, exercem um papel primordial nesse processo.

No processo de gestão do desenvolvimento faz-se necessário avaliar criticamente os Planos Ação Territoriais (PAT), derivados das metas estabelecidas neste plano, as políticas e programas de governo relacionadas ao território, visando identificar as falhas e possíveis reajustes, para que no futuro obtenham-se resultados expressivos e significativos para a sociedade. Portanto é preciso reavaliar as estratégias, as escolhas, o potencial e os problemas, sempre priorizando os atores sociais e a sua participação.

Junto ao Colegiado Territorial estão presentes as Câmaras Temática, constituídas até o momento: Juventude, Mulheres, Inclusão Produtiva e Cultura.

O território não está isolado, o que significa que na gestão do PTDRSS serão realizados *links* com os governos estadual e municipais, uma vez que, estas esferas de poder tem papel decisivo neste processo. A partir desta lógica, por exemplo e sinergia, o PTDRSS apresenta ações que estão sob a responsabilidade e intervenção direta da Secretaria de Desenvolvimento Rural- SDR, que tem por finalidade articular e executar políticas e ações voltadas para a reforma agrária e o desenvolvimento sustentável e solidário do território, apoiar com recursos financeiros e humanos. Assim como também a Secretaria do Planejamento – SEPLAN, que deverá apoiar atividades voltadas para a melhor organização e administração das diferentes esferas do desenvolvimento, tais como:

- a) A Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural - BAHATER, órgão em Regime Especial de Administração Direta, da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR, que tem por finalidade promover a execução de políticas de desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural. Em especial as que contribuam para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais, para a melhoria das condições de renda, da qualidade de vida e para a promoção social e o desenvolvimento sustentável no meio rural baiano.
- b) Ainda nesta direção encontra-se a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, que já apresenta significativa participação na implementação e acompanhamento de ações voltadas para o desenvolvimento no território; incentivando associações e cooperativas que investem em atividades e produtos capazes de gerar emprego e renda, e estimula o desenvolvimento de diversas cadeias produtivas.
- c) Nesse conjunto, no que diz respeito principalmente às questões ambientais o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA contribuirá na execução e ações relacionadas à Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, a Política Estadual de Recursos Hídricos, entre outras. Facilitará na articulação com os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e com a sociedade civil organizada, a fim de dar maior agilidade e qualidade aos processos ambientais.
- d) Nos municípios as prefeituras, câmaras municipais, secretarias e sindicatos de trabalhadores rurais tem fundamental papel, pois estão mais próximos da realidade e certamente acompanham, orientam e organizam as ações que atendam as demandas voltadas para a melhoria das condições de vida e do empoderamento dos indivíduos do Território.
- e) Também são responsáveis pelo processo de gestão os consórcios, associações,

cooperativas e os Conselhos Municipais, de modo especial os CMDS, como um dos principais canais de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal). Esses permitem estabelecer uma comunicação maior entre os cidadãos e as diversas realidades dos municípios e comunidades rurais.

f) Vale citar a necessidade de fortalecimento do cooperativismo e do associativismo, por meio da Rede de Cooperativas do Vale do Rio Gavião - REDE GAVIÃO e Cooperativa de Trabalho da Região Sudoeste da Bahia – COOPERSUBA, que por sua vez tem sido um exemplo neste segmento dentro do território. Além de outras instâncias como a COOTRAF e o CEDASB que também exercem importante papel neste contexto de participação social que busque a economia solidária e seus empreendimentos; fomentando processos de desenvolvimento local, integrado, sustentável e solidário na sua base de atuação, com a gestão profissionalizada e compartilhada, com enfoque agroecológico, acesso a políticas públicas e captação de recursos.g) As ações mais específicas relacionadas à segurança, educação, saúde, pesquisa e extensão, devem contar com parcerias, a exemplo, da Secretaria de Justiça, Secretaria de Educação - SEC, Núcleo Regional de Educação - NRE 20, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Instituto Federal da Bahia – IFBA, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Centro Territorial de Educação Profissional – CETEP, Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB, Diretoria Regional de Saúde – DIRES.

h) Contamos ainda com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.-EMBASA, na organização de serviços de saneamento básico, com abastecimento de água e esgotamento sanitário distribuídos nos domicílios do território. Outro ponto importante é a distribuição de energia elétrica, principalmente a eletrificação rural, por meio da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia-COELBA.

i) A Escola Família Agrícola - EFA, surge como resposta à problemática da educação no campo, uma possibilidade e alternativa viável para os camponeses. Como metodologia educacional a Pedagogia da Alternância para o fortalecimento do processo de ensino.

j) A experiência do Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar – SETAF, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG, Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF, da Cooperativa de Trabalho da Região Sudoeste da Bahia – COOPERSUBA, a Cooperativa de Assessoria Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar – COOTRAF e do CEDASB, que irão colaborar no desenvolvimento do território, por meio de ações de assistência técnica, estratégias para incrementos da renda de forma sustentável, gestão e educação ambiental, acesso a terra, assim como também

no fortalecimento de grupos comunitários e de produtores e produtoras rurais, apoio as Escolas de Famílias Agrícolas-EFAs, consolidação de agrupamentos sociais e entre outros. No intuito de beneficiar os agricultores familiares de todo o território.

k) O Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia - CEDASB uma organização não-governamental, e ainda a COOPERSUBA, a COOTRAF e a REDE GAVIÃO atuam diretamente na articulação de ações que atendem agricultores e agricultoras, na captação de água de chuva por meio da construção de cisternas para consumo humano, cisternas de produção, projeto(s) de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.

l) A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado - SEPROMI no enfrentamento político contra as desigualdades sociais e raciais no estado da Bahia, políticas públicas para o fortalecimento, empoderamento e direitos da Mulher, assim como as questões referentes à gênero direcionadas para a Secretaria de Políticas para Mulheres - SPM.

m) A Secretaria Estadual de Meio Ambiente- SEMA, em Vitória da Conquista, contribuirá em ações voltadas para difundir práticas sociais e econômicas não prejudiciais à natureza. O trabalho em busca do desenvolvimento territorial deve ser feito com o planejamento e execução de ações conjuntas das instituições e dos atores envolvidos, com parceria de todos os órgãos dos governos Municipal, Estadual e Federal, (prefeituras, câmara de vereadores, etc.). Planejar e realizar ações que visem a participação social é fundamental na execução e na vigilância das atividades que tenham como objetivo o desenvolvimento.

n) Também estarão empenhados na gestão, acompanhamento e monitoramento do PTDRSS do Sudoeste Baiano as instituições UNICAFES e UNISOL/Bahia.

Por fim, o processo encontra-se em aberto, as expectativas são contemplar os aspectos social, econômico, ecológico e político. Isso abrange a valorização do espaço rural, aliado às medidas para preservação e melhoria do ambiente natural, alternativas de melhorias no padrão de vida e renovação das forças e dos conhecimentos existentes no território.

É importante reforçar que, nesse processo, faz-se necessária uma interação de atores políticos e diferentes setores sociais, tais como: o governo federal, os governos municipais e o estadual, órgãos não-governamentais e a comunidade mobilizada pela melhoria das condições de vida.



## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, F. V.; COSTA, J. E. Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas: perspectivas sobre o meio rural. **Revista GeoNordeste**, n. 3, 2013. Disponível em: <[www.seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/download/1425/1249](http://www.seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/download/1425/1249)>. Acesso em: 16 ago. 2016.

ALCÂNTARA, F. V.; COSTA, J. E. CARVALHO, D. M.; **Abordagens sobre o desenvolvimento rural: as experiências em Sergipe e no Planalto da Conquista/BA**. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

\_\_\_\_\_. **Contextos do Espaço rural no Nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

ALCÂNTARA, F. V. **Gestão Social nos Territórios Rurais: Limites e Possibilidades do Agreste de Alagoas**. 2013. 278p. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós Graduação em Geografia – NPGeo, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

CONCEIÇÃO JUNIOR, V; BRITO, I. P. F. S; DANTAS, E. S. Organização socioprodutiva: impactos da implantação de cooperativas de agricultores familiares no território de Vitória da Conquista, na Bahia. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v. 23, n. 1, p. 233-278, jan.-mar. 2013.

COSTA, J. E.; SANTOS, L. M. R.; TEIXEIRA, L. S. O Desenvolvimento Territorial Rural em Evidência: A Experiência no Agreste de Alagoas, Impasses e Desafios. In: CARVALHO, D. M.; COSTA, J. E.; ALCÂNTARA, F. V. (Org.). **Desenvolvimento territorial, agricultura e sustentabilidade no Nordeste**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2010. cap. 5, p. 137-170.

FERRAZ, A. E. Q.; GUSMÃO, A. D. F.; ROCHA, A. A.; ALCÂNTARA, F. V.; OLIVEIRA, V. F. **Belo Campo: pensar a cidade, desafios e possibilidades**. Vitória da Conquista: Conhecer, 2015. 52 p.

SANTOS, V. C. **Desenvolvimento Territorial: um estudo do Colegiado do Território de Identidade Sudoeste Baiano**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.

SERPA, A. Territórios de Identidade na Bahia: Regionalização Institucional e Políticas de Desenvolvimento Cultural e Territorial. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Territórios da Bahia: regionalização, cultura e identidade**. Salvador: EDUFBA, 2015.

Sites consultados:

<http://www.ppaparticipativo.ba.gov.br>

<http://www.sdr.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8>

<http://www.inema.ba.gov.br/quem-somos-2/institucional/>

<http://rededecooperativasdovaladoriogavio.blogspot.com.br/>

[http://sociedadebarradochocaeconomia.blogspot.com.br/2010/09/cooperbac\\_27.html](http://sociedadebarradochocaeconomia.blogspot.com.br/2010/09/cooperbac_27.html)

<http://www.coopersuba.com.br/a-coopersuba>

<http://www.sepromi.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>

## DOCUMENTOS

BRASIL. *Constituição Federal de 1988 de 05 de outubro de 1988*. Brasília. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *Orientação para constituição e funcionamento dos colegiados territoriais*. Brasília: MDA/Departamento de gestão territorial, 2009.

\_\_\_\_\_. Colegiados Territoriais: guia para a organização social dos territórios. Brasília: MDA/ SDT. Documentos de Apoio, n.5, 2010. 47 p

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *Plano plurianual 2008-2011: projeto de lei*. v. 2. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. 540 p.

Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDs). Disponível em: [http://docslide.com.br/documents/comissao\\_municipal\\_de-desenvolvimento-sustentavel.html](http://docslide.com.br/documents/comissao_municipal_de-desenvolvimento-sustentavel.html) acesso 01-05-16

Direção-geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (2009) *Rural development in the European Union. Statistical and economic information*. Bruxelas: Publicações da União Europeia. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/>. Acesso em 06 de out. 2016.

FAO. *Uma estratégia para o desenvolvimento rural: Desenvolvimento Territorial Participativo e Negociado (DTPN)*. Disponível em: <[http://www.fao.org/sd/dim\\_pe2/docs/pe2\\_050402d1\\_pt.pdf](http://www.fao.org/sd/dim_pe2/docs/pe2_050402d1_pt.pdf)>. Acesso em: 15 setembro de 2016.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA / Secretária de Desenvolvimento Territorial – SDT. Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Brasília – 2005.

PPA-P – Plano Plurianual Participativo.

Regimento Interno do Colegiado do Território Sudoeste Baiano, que define a natureza institucional, a composição, objetivos e regulamenta o funcionamento do colegiado. Vitória da Conquista - 2015.

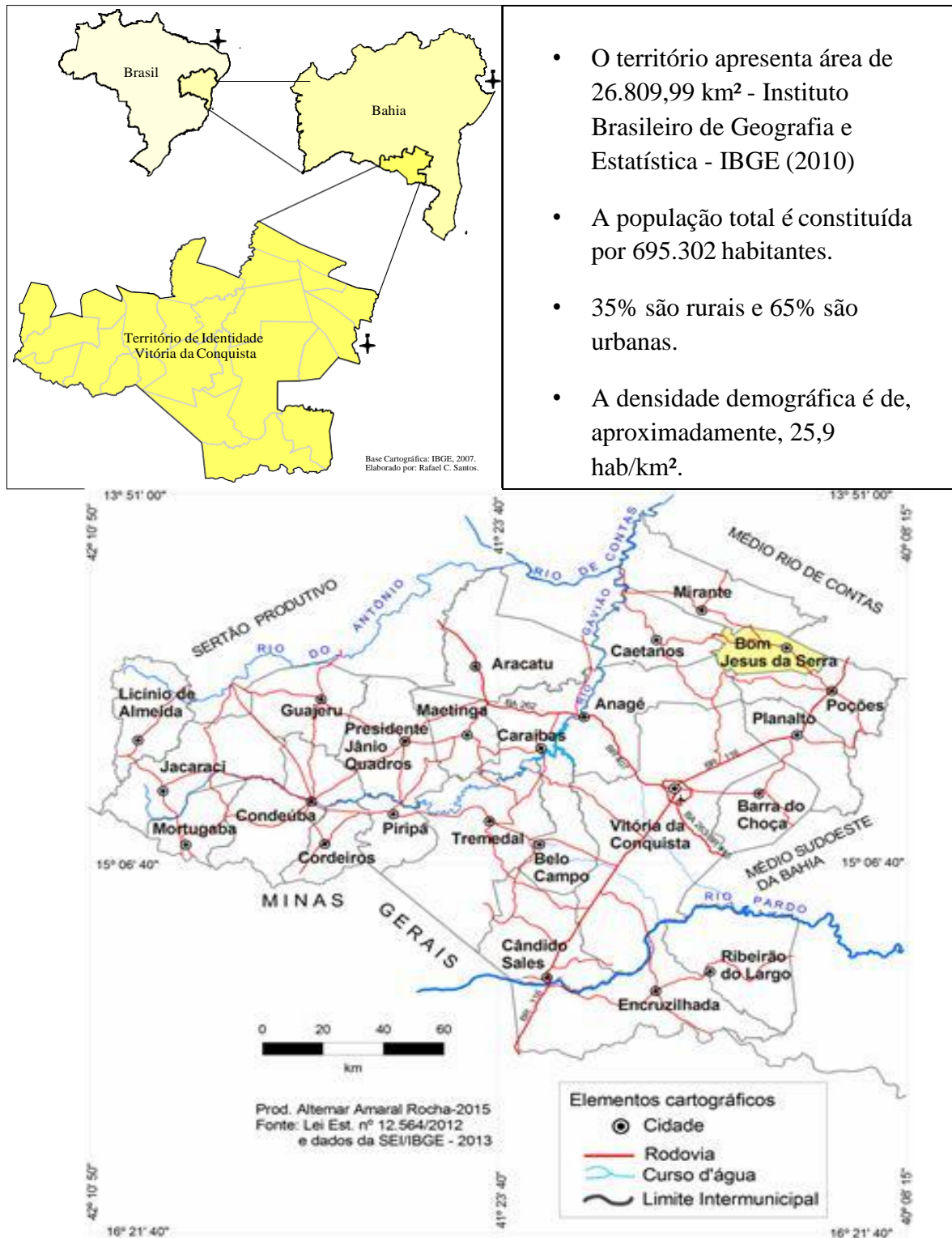
## APÊNDICES

### Quadro de Correspondência: Tema Estratégicos do PPA-P e os Objetivos do PTDSS

<b>Temas Estratégicos do PPA-P Estadual</b>	<b>Objetivos do PTDSS (matriz do capítulo II)</b>
I. Pobreza, inclusão socioproductiva e mundo do trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Políticas públicas para o desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar</li> <li>- Educação para qualificação profissional e inclusão socioproductiva.</li> </ul>
II. Desenvolvimento rural e agricultura familiar.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Políticas públicas para o desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar</li> <li>- Governança fundiária para o desenvolvimento rural e agricultura familiar.</li> <li>- Ampliação da infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável.</li> <li>- Implementação e consolidação de políticas públicas para melhoria das redes urbana e rural, e ampliação da infraestrutura habitacional.</li> </ul>
III. Desenvolvimento urbano e rede de cidades.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gestão governamental e governança socioeconômica</li> <li>- Implementação e consolidação de políticas públicas para melhoria das redes urbana e rural, e ampliação da infraestrutura habitacional.</li> </ul>
IV. Saúde e assistência social.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação da infraestrutura e serviços de saúde e assistência social.</li> </ul>
V. Educação, conhecimento, cultura e esporte.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Políticas públicas para desenvolvimento da economia da cultura.</li> <li>- Educação para qualificação profissional e inclusão socioproductiva.</li> <li>- Desenvolvimento e consolidação de políticas públicas de Educação, Ciência e Cidadania.</li> <li>- Ampliação de políticas públicas de apoio e fomento para promoção da Cultura, Lazer e Esporte.</li> <li>- Gestão governamental e governança socioeconômica</li> <li>- Implantação e ampliação dos espaços, equipamentos e serviços de Cultura, Esporte e Lazer.</li> </ul>
VI. Segurança pública cidadã.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação dos equipamentos e serviços de segurança pública e acesso à justiça.</li> </ul>
VII. Consolidação e diversificação da matriz produtiva estadual.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consolidação e diversificação da matriz produtiva visando a inserção competitiva, integração cooperada e inclusão socioproductiva.</li> </ul>
VIII. Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação da infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável.</li> </ul>
IX. Inserção competitiva e integração cooperativa e econômica nacional e	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consolidação e diversificação da matriz produtiva visando a inserção competitiva, integração cooperada e</li> </ul>

Internacional.	inclusão socioproductiva.
X. Meio ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade.	- Políticas públicas para preservação do meio ambiente, economia verde e sustentabilidade.
XI. Mulheres, gênero e diversidade.	- Ampliação de políticas públicas de apoio e fomento para promoção da Cultura, Lazer e Esporte. - Desenvolvimento e consolidação de políticas públicas de Educação, Ciência e Cidadania. - Ampliação da infraestrutura e serviços de saúde e assistência social.
XII. Igualdade racial e identidades.	- Ampliação de políticas públicas de apoio e fomento para promoção da Cultura, Lazer e Esporte. - Desenvolvimento e consolidação de políticas públicas de Educação, Ciência e Cidadania.
XIII. Geração, cidadania e direitos humanos.	- Desenvolvimento e consolidação de políticas públicas de Educação, Ciência e Cidadania. - Ampliação da infraestrutura e serviços de saúde e assistência social.
XIV. Gestão governamental e governança socioeconômica	- Governança fundiária para o desenvolvimento rural e agricultura familiar. - Gestão governamental e governança socioeconômica.
Outros.	

## Mapa de Localização e dados do Território do Sudoeste Baiano



**REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS OFICINAS DE CONSTRUÇÃO DO PTDRSS DO  
TERRITÓRIO SUDOESTE BAIANO REALIZADAS EM MÊS DE 2016 NA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA**



**Fonte:** Fernanda Alcantara/ 2016



**REGISTRO FOTOGRÁFICO DA OFICINA DE REVISÃO E APROVAÇÃO DO  
PTDRSS DO TERRITÓRIO SUDOESTE BAIANO REALIZADA EM  
SETEMBRO DE 2016 NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA  
BAHIA**



**Fonte:** Fernanda Alcantara/setembro de 2016

**Quadro da Composição do Núcleo Diretivo do Colegiado Territorial Sudoeste Baiano a partir de setembro de 2015.**

<b>Poder Público</b>	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT)
	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR)
	Prefeitura de Poções
	Prefeitura de Condeúba.
<b>Sociedade Civil</b>	Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB)
	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG)
	Rede Gavião
	União Brasileira de Mulheres

**Fonte:** Trabalho de campo, 2015.



